

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Pampa Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023

Índice

| | |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias | 1 |
| Demonstrações contábeis regulatórias auditadas | |
| Balanço patrimonial | 4 |
| Demonstração do resultado | 5 |
| Demonstração do resultado abrangente | 6 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 7 |
| Demonstração dos fluxos de caixa..... | 8 |
| Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias..... | 9 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Pampa Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pampa Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 113.275 | 201.994 |
| Contas vinculadas | 6.1 | 17.327 | - |
| Comissionárias e permissionárias | 7 | 5.305 | - |
| Impostos a recuperar | 8 | 16.923 | 5.001 |
| Outros ativos circulantes | | 434 | 209 |
| | | 153.264 | 207.204 |
| | | | |
| Não circulante | | | |
| Impostos diferidos | 13 | 43.686 | 40.488 |
| Imobilizado | 9 | 872.946 | 613.655 |
| Intangível | 9 | 54.167 | 18.365 |
| | | 970.799 | 672.508 |
| | | | |
| Total do ativo | | 1.124.063 | 879.712 |
| | | | |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 10 | 5.081 | 3.507 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 67.310 | 280.405 |
| Impostos a recolher | | 1.757 | 5.455 |
| Partes relacionadas | 11 | 53.967 | 30.472 |
| Dividendos | 14 | 11.633 | 36.864 |
| Instrumentos derivativos | | - | 1.658 |
| Outras obrigações | | 475 | 332 |
| | | 140.223 | 358.693 |
| | | | |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 748.895 | 376.194 |
| Contingências | | | |
| Outras obrigações | | 495 | 1.075 |
| | | 749.390 | 377.269 |
| | | | |
| Patrimônio líquido | 14 | | |
| Capital social | | 220.236 | 146.486 |
| Reserva de lucros | | 332.001 | 257.787 |
| Prejuízos acumulados | | (317.787) | (260.523) |
| | | 234.450 | 143.750 |
| | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.124.063 | 879.712 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | Nota | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------------|-------------------|-------------------|
| Receita operacional líquida | 15 | 23.704 | 2.063 |
| Custos gerenciáveis | 16 | | |
| Pessoal | | (1.190) | (1.000) |
| Material | | (13) | (6) |
| Serviços de terceiros | | (1.829) | (654) |
| Aluguéis | | (65) | (56) |
| Outras despesas | | (1.043) | (153) |
| Despesas com depreciação | | (7.019) | - |
| | | (11.159) | (1.869) |
| Resultado da atividade | | 12.545 | 194 |
| Resultado financeiro | 17 | | |
| Receitas financeiras | | 3.685 | - |
| Despesas financeiras | | (27.683) | - |
| | | (23.998) | - |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | (11.453) | 194 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | - | (4.467) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 18 | 3.172 | 4.402 |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | (8.281) | 129 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-----------------------|-------------------|
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | (8.281) | 129 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>(8.281)</u> | <u>129</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | Reserva de lucros | | | Lucros/ prejuízos acumulados | Total |
|------------------------------------|-----------------------------|------------------|------------------------------------|------------------------------------|-----------------|
| | Capital social subscrito | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2022 | 1.486 | 297 | 77.213 | (69.281) | 9.715 |
| Integralização de capital | 145.000 | - | - | - | 145.000 |
| Reversão de dividendos 2020 e 2021 | - | - | - | 25.770 | 25.770 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 129 | 129 |
| Destinação de lucros a: | | | | | |
| Reserva legal | - | 7.761 | - | (7.761) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (36.864) | (36.864) |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | 172.516 | (172.516) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 146.486 | 8.058 | 249.729 | (260.523) | 143.750 |
| Integralização de capital | 73.750 | - | - | - | 73.750 |
| Reversão de dividendos 2022 | - | - | 36.864 | - | 36.864 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | (8.281) | (8.281) |
| Destinação de lucros a: | | | | | |
| Reserva legal | - | 2.449 | - | (2.449) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (11.633) | (11.633) |
| Reserva de lucros a realizar | - | - | 34.901 | (34.901) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 220.236 | 10.507 | 321.494 | (317.727) | 234.510 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 202 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------------------|-------------------|
| Atividades operacionais | | |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | (11.453) | 194 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais | | |
| Juros e atualização monetária sobre dívidas financeiras | 63.200 | 22.124 |
| Custo de transação | 320 | 17 |
| Variação cambial | (14.790) | 1.061 |
| Instrumentos financeiros derivativos | (1.658) | 17.918 |
| Provisões para perda de créditos esperadas | 383 | - |
| Provisões de fornecedores | 1.463 | (5.859) |
| Provisão de contingência | (12) | - |
| Depreciação | 7.019 | - |
| Resultado ajustado | 44.472 | 35.455 |
| Variações nos ativos e passivos: | | |
| Comissionárias e permissionárias | (5.688) | - |
| Partes relacionadas | 23.496 | 13.674 |
| Outros ativos | (225) | 171 |
| Tributos a recuperar | (11.922) | (3.631) |
| Outros passivos | 119 | 15 |
| Fornecedores | (458) | (11.673) |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | 3.692 | 348 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (5.574) | - |
| Juros sobre imposto de renda e contribuição social pagos | (1.817) | - |
| Fluxo caixa líquido consumido pelas atividades operacionais | 46.095 | 34.359 |
| Atividades de investimento | | |
| Aquisição de imobilizado | (300.469) | (304.696) |
| Aquisição de intangível | (1.643) | (9.195) |
| Contas bancárias vinculadas | (17.327) | - |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | (319.439) | (313.891) |
| Atividades de financiamento | | |
| Integralização de capital | 73.750 | 145.000 |
| Captação empréstimos, financiamentos e debêntures | 596.999 | 1.074.018 |
| Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures | (475.000) | (799.608) |
| Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures | (22.377) | (16.777) |
| Variação cambial realizada | 17.238 | (15.447) |
| Fianças obtidas | (5.984) | - |
| | 184.626 | 387.186 |
| Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa | (88.718) | 107.654 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 201.993 | 94.340 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 113.275 | 201.993 |
| Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa | (88.718) | 107.654 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Pampa Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), controlada pela Cymi Construções e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de novembro de 2018, está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1703 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia elétrica nº 13/2019 - ANEEL, datado de 22 de março de 2019, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos no estado de Rio Grande do Sul:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 525kV, entre as subestações Gravataí e Capivari do Sul, em circuito simples, com extensão aproximada de 83 km;
- (ii) Linha de transmissão Guaíba 3 - Capivari do Sul em 525kV, circuito simples, com extensão aproximada de 178 km;
- (iii) Linha de transmissão Viamão 3 - Capivari do Sul em 230kV, circuito simples, com extensão aproximada de 65 km;
- (iv) Subestação Capivari do Sul em 525/230kV -13,8kV (6+1R) x 224 MVA e 230/138-13,8kV (2x100 MVA);
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, reatores e respectivas conexões, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica -- Continuação

Em 2 de junho de 2020, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 8.926, autorizou a postergação em quatro meses dos prazos de entrada em operação comercial dos empreendimentos de transmissão de energia elétrica cujos prazos definidos nos atos de outorga sejam posteriores a 11 de março de 2020 (data da declaração de pandemia da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde - OMS). Dessa forma, o prazo estipulado inicialmente de março de 2023 regulatório para a entrada em operação comercial passou a ser de 22 de julho de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se parcialmente em operação e possui a expectativa de previsão final para entrada em operação a partir de abril de 2024.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$74.721 a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.4. Licenças ambientais

O órgão ambiental responsável pelas licenças ambientais da Pampa Transmissão de Energia S.A é a FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER - FEPAM do estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia obteve as seguintes licenças para construção dos empreendimentos, conforme quadro apresentado abaixo.

| Licenças | Empreendimentos |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| LO nº 4457/2022, em 28/12/2022 | SE Capivari do Sul (Nova) |
| LO nº 892/2023, em 23/03/2023 | SE Viamão 3 (Ampliação) |
| LO nº 782/2023, em 16/03/2023 | SE Gravataí (Ampliação) |
| LPI nº 167/2020, em 20/08/2020 | SE Guaíba 3 (Ampliação) |
| LO nº 922/2023, em 24/03/2023 | LT 230 kV Capivari do Sul - Viamão 3 |
| LIER nº 209/2022, em 29/09/2022 | LT 525 kV Capivari do Sul - Gravataí |
| LIER nº 42/2023, em 17/03/2023 | LT 525 kV Capivari do Sul - Guaíba 3 |
| LOER nº 1813, em 22/06/2023 | LT 525 KV Capivari do Sul - Gravataí |
| LIER nº 104, em 22/06/2023 | LT 525 Capivari do Sul - Guaíba 3 |
| LO nº 2272/2023, em 31/07/2023 | SE Guaíba 3 |
| AUTGER nº 473/2023, em 27/12/2023 | LT 525 Capivari do Sul - Guaíba 3 |
| LU nº1734/2023, em 19/03/2023 | |

Nota: LPI - Licença Prévia de Instalação, LIER - Licença de Instalação EIA-RIMA, LO- Licença de Operação, LOER - Licença de Operação EIA-RMA, LU - Licença Única

Adicionalmente, destaca-se que para obtenção destas licenças também foram necessárias outras autorizações específicas de órgãos intervenientes, as quais já foram obtidas e suas condicionantes atendidas (ou estão em atendimento).

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933 de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022. Não tiveram impactos significativos para a Companhia quando da adoção das normas atualizadas.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de março de 2024.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais e instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

4.1. Reconhecimento da receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.2. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) Ativos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

iii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46 (a).

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimentos originais de até três meses da data de contratação. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.5. Tributação e encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS, respectivamente às alíquotas de 7,60% e 1,65%;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

4.9. Distribuição de lucros

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos.

Adicionalmente, de acordo com o estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Imposto de renda sobre os dividendos

Os dividendos pagos e recebidos entre pessoas físicas e jurídicas residentes ou não no Brasil são isentos de imposto de renda.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.10. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência do contrato operado pela Companhia. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.10. Imobilizado--Continuação

iii) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Pampa sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

4.11. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.12. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.12. Mensuração do valor justo--Continuação

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.13. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.13. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)--Continuação

A Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

5. Normas emitidas e interpretações

5.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias: algumas exceções de escopo se aplicarão.

O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações contábeis regulatórias.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais as transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos desativação.

As alterações não tiveram impactos nas demonstrações contábeis regulatórias.

Alterações ao IAS 12: Reforma tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.1. Normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023--Continuação

- A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatórios anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis regulatórias.

5.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterada, se cabível, quando entrarem em vigor significativos.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Normas emitidas e interpretações--Continuação

5.2. Normas e interpretações, mas ainda não vigentes--Continuação

- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor significativos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

6. Caixa e equivalentes de caixa

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Caixa | - | - |
| Bancos | 1.279 | 218 |
| Aplicações financeiras (a) | 111.996 | 201.776 |
| | <u>113.275</u> | <u>201.994</u> |

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 80% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo.

6.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento. A receita da companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário, conforme regra contratual. No longo prazo são apresentadas as contas reserva constituídas, de acordo com o instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debentures e devem ser mantidas até o vencimento.

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Conta corrente vinculada | 17.327 | - |
| Total - Circulante | <u>17.327</u> | <u>-</u> |

7. Concessionárias e permissionárias

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---|--------------|-------------|
| Títulos a vencer | 5.219 | - |
| Títulos vencidos em até 30 dias | 16 | - |
| Títulos vencidos de 31 a 120 dias | 400 | - |
| Títulos vencidos de 121 a 180 dias | 53 | - |
| | <u>5.688</u> | <u>-</u> |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) | (383) | - |
| | <u>5.305</u> | <u>-</u> |

A Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Foram provisionados valores para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa de agentes inadimplentes com mais de 121 dias e valores que foram questionados judicialmente, por alguns agentes do sistema, com débitos faturados considerados indevidos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

8. Impostos a recuperar

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|----------------------|---------------|--------------|
| Imposto de renda (a) | 16.343 | 4.964 |
| Outros | 580 | 37 |
| | <u>16.923</u> | <u>5.001</u> |

(a) O saldo é referente aos valores de saldo negativo e sua atualização monetária

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível

A composição do imobilizado é como segue:

| Imobilizado - R\$ mil | Valor bruto em 31/12/2022 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2023 | Adições líquidas = (A)- (B)+(C) | Depreciação acum. | Valor líquido em 31/12/2023 | Valor líquido em 31/12/2022 |
|--|------------------------------|-------------|------------|-------------|------------------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Ativo imobilizado em Serviço | | | | | | | | | |
| Transmissão | | | | | | | | | |
| Terrenos | - | - | - | 1.212 | 1.212 | 1.212 | - | 1.212 | - |
| Edificações, Obras civis e benfeitorias | - | - | - | 34.604 | 34.604 | 34.604 | (590) | 34.014 | - |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | 455.929 | 455.929 | 455.929 | (6.428) | 449.501 | - |
| Móveis e utensílios | - | - | - | 43 | 43 | 43 | (1) | 42 | - |
| Subtotal | - | - | - | 491.788 | 491.788 | 491.788 | (7.019) | 484.769 | - |
| Ativo imobilizado em curso | | | | | | | | | |
| Transmissão | | | | | | | | | |
| Terrenos e desapropriações | 31.019 | 4.979 | - | (35.370) | 628 | (30.391) | - | 628 | 31.019 |
| Pessoal | 2.618 | 1.688 | - | (2.437) | 1.869 | (749) | - | 1.869 | 2.618 |
| Materiais | 277.759 | 20.564 | - | (173.265) | 125.058 | (152.701) | - | 125.058 | 277.759 |
| Serviços | 211.464 | 230.880 | - | (239.370) | 202.974 | (8.490) | - | 202.974 | 211.464 |
| Outros | 21.702 | 2.035 | - | (14.391) | 9.346 | (12.356) | - | 9.346 | 21.702 |
| Resultado financeiro | 68.345 | 38.253 | - | (59.818) | 46.780 | (21.565) | - | 46.780 | 68.345 |
| Adiantamento a fornecedores | 748 | 2.070 | - | (1.296) | 1.522 | 774 | - | 1.522 | 748 |
| Subtotal | 613.655 | 300.469 | - | (525.947) | 388.177 | (225.478) | - | 388.177 | 613.655 |
| Total do ativo imobilizado | 613.655 | 300.469 | - | (34.159) | 879.965 | 266.310 | (7.019) | 872.946 | 613.655 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e Intangível--Continuação

| Imobilizado - R\$ mil | | | | | Adições | | Depreciação acum. | Valor líquido em 31/12/2022 | Valor líquido em 31/12/2021 |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------|------------|-------------|---------------------------|------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | Valor bruto em 31/12/2021 | Adições (A) | Baixas (B) | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2022 | líquidas = (A)-(B)+(C) | | | |
| Ativo imobilizado em curso | | | | | | | | | |
| Transmissão | | | | | | | | | |
| Terrenos/desapropriações | 13.882 | 17.137 | - | - | 31.019 | 17.137 | - | 31.019 | 13.882 |
| A Ratear | | | | | | | | | |
| Pessoal | 1.123 | 1.495 | - | - | 2.618 | 1.495 | - | 2.618 | 1.123 |
| Materiais | 147.251 | 91.184 | - | 39.324 | 277.759 | 130.508 | - | 277.759 | 147.251 |
| Serviços | 125.010 | 82.055 | - | 4.398 | 211.464 | 86.453 | - | 211.464 | 125.010 |
| Outros | 13.535 | 8.168 | - | - | 21.702 | 8.168 | - | 21.702 | 13.535 |
| Resultado financeiro | (10.681) | 79.026 | - | - | 68.345 | 79.026 | - | 68.345 | (10.681) |
| Adiantamento a fornecedores | 18.839 | 25.631 | - | (43.722) | 748 | (18.091) | - | 748 | 18.839 |
| Material em depósito | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administração | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal | 308.959 | 304.696 | - | - | 613.655 | 304.696 | - | 613.655 | 308.959 |
| Total do ativo imobilizado | 308.959 | 304.696 | - | - | 613.655 | 304.696 | - | 613.655 | 308.959 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9 Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

| Intangível - R\$ mil | Valor bruto em 31/12/2022 | | | | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2023 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortização acum. | Valor líquido em 31/12/2023 | Valor líquido em 31/12/2022 |
|----------------------------------|---------------------------|--------------|------------|---------------|-------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | 31/12/2022 | Adições (A) | Baixas (B) | | | | | | | |
| Ativo intangível em curso | | | | | | | | | | |
| Servidões | - | - | - | 34.159 | | 34.159 | 34.159 | - | 34.159 | - |
| Depósitos judiciais | 18.365 | 1.643 | - | - | | 20.008 | 1.643 | - | 20.008 | 18.365 |
| Total do intangível | 18.365 | 1.643 | - | 34.159 | | 54.167 | 35.802 | - | 54.167 | 18.365 |

| Intangível - R\$ mil | Valor bruto em 31/12/2021 | | | | Transf. (C) | Valor bruto em 31/12/2022 | Adições líquidas = (A)-(B)+(C) | Amortização acum. | Valor líquido em 31/12/2022 | Valor líquido em 31/12/2021 |
|----------------------------------|---------------------------|--------------|------------|----------|-------------|---------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | 31/12/2021 | Adições (A) | Baixas (B) | | | | | | | |
| Ativo intangível em curso | | | | | | | | | | |
| Depósitos judiciais | 9.169 | 9.195 | - | - | | 18.364 | 9.195 | - | 18.364 | 9.169 |
| Total do intangível | 9.169 | 9.195 | - | - | | 18.364 | 9.195 | - | 18.364 | 9.169 |

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

9. Imobilizado e intangível--Continuação

Depreciação

| | Taxas Anuais Médias de Depreciação | 2023 | | |
|--------------------|---------------------------------------|----------------|---|----------------|
| | | Bruto | Depreciação e Amortização Acumulada | Valor Líquido |
| Em Serviço | | | | |
| Transmissão | | | | |
| Custo histórico | 3,26% | 491.788 | (7.019) | 484.769 |
| | | 491.788 | (7.019) | 484.769 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

10. Fornecedores

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Materiais e serviços | 1.291 | 1.749 |
| Provisões (i) | 4.285 | 2.822 |
| | 5.576 | 4.571 |
| | 2023 | 2022 |
| Fornecedores - circulante | 796 | 685 |
| Fornecedores - não circulante (i) | 495 | 1.064 |
| Provisões (ii) | 4.285 | 2.822 |
| | 5.576 | 4.571 |

(i) Valores referentes as retenções contratuais com fornecedores no percentual de 10%. Os valores retidos são pagos ao final do contrato.

(ii) Referem-se substancialmente a provisão de serviços diretamente ligados ao projeto tais como construção e montagens e afins, adicionalmente a Companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início das operações comerciais.

11. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

| Transações | Passivo | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Cymi Construções e Participações (i) | 52.443 | 29.781 |
| Cymi do Brasil Projetos e Serviços(i) | 439 | 691 |
| Cymi O&M (ii) | 234 | - |
| Cymi Tech (iii) | 851 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 53.967 | 30.472 |
| Transações | Resultado | |
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Cymi O&M Ltda (iv) (a) | 764 | - |
| Cymi O&M Ltda (iv) (b) | 470 | - |
| Total resultado | 1.234 | - |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (*Engineering, procurement and construction*) em sistema de *turn key* celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Participações e Cymi do Brasil. Sendo o montante de R\$52.443 (Cymi Construções) e R\$267 (Cymi do Brasil) referentes a serviços de construção ainda não faturadas.
- (ii) Refere-se à Cymi Tech, empresa do grupo integradora de equipamentos de proteção, controle e telecomunicações e desenvolvimento de aplicações e soluções de engenharia. Sendo o montante de R\$851 referentes a serviços de construção ainda não faturadas.
- (iii) Refere-se ao saldo a pagar à Cymi O&M, empresa do grupo responsável pelos serviços segregados entre:
- (a) Serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia.
- (b) Serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Composição

| Instituições financeiras | Moeda | Vencimento | Taxa de juros contratual | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--|-------|------------|--------------------------|----------------|----------------|
| Intesa SanPaolo | BRL | 23/04/2023 | CDI + 1,15% a.a. | - | 82.435 |
| Citibank (*) | USD | 24/10/2023 | 6,11% a.a. | - | 99.549 |
| Scotiabank (*) | USD | 20/04/2023 | 4,9725%a.a. | - | 98.422 |
| Debêntures 1ª emissão | BRL | 15/09/2046 | IPCA + 6,15% | 683.052 | 380.766 |
| Debêntures 2ª emissão | BRL | 15/03/2033 | IPCA + 6,88% | 143.390 | - |
| (-) Custo de captação | | | | (10.237) | (4.573) |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | | 816.205 | 656.599 |
| Circulante | | | | 67.310 | 280.405 |
| Não circulante | | | | 748.895 | 376.194 |
| | | | | 816.205 | 656.599 |

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 19.1.

b) Movimentação em 2023

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2022 | Adições | Juros e Atualização Monetária | Variação cambial | Custo de Transação a Amortizar | Amortização de principal | Amortização de juros | Variação cambial realizada | Saldo em 31/12/2023 |
|--------------------------|---------------------|----------------|-------------------------------|------------------|--------------------------------|--------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------|
| Intesa Sanpaolo | 82.435 | - | 3.539 | - | - | (75.000) | (10.974) | - | - |
| Scotiabank | 98.422 | - | 3.837 | (3.083) | - | (100.000) | (3.997) | 4.821 | - |
| Citibank | 99.549 | - | 4.611 | (3.831) | - | (100.000) | (4.870) | 4.541 | - |
| Itau | - | 200.000 | 2.536 | (7.876) | - | (200.000) | (2.536) | 7.876 | - |
| Debêntures 1ª emissão | 380.766 | 256.999 | 45.287 | - | - | - | - | - | 683.052 |
| Debêntures 2ª emissão | - | 140.000 | 3.390 | - | - | - | - | - | 143.390 |
| Custos de transação | (4.573) | (5.984) | - | - | 320 | - | - | - | (10.237) |
| Total | 656.599 | 591.015 | 63.200 | (14.790) | 320 | (475.000) | (22.377) | 17.238 | 816.205 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

c) Movimentação em 2022

| Instituições financeiras | Saldo em 31/12/2021 | Adições | Juros | Varição cambial | Custo de transação | Amortização do principal | Amortização de juros | Varição cambial realizada | Saldo em 31/12/2022 |
|-----------------------------|------------------------|------------------|---------------|--------------------|-----------------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------|------------------------|
| Intesa | | | | | | | | | |
| Sanpaolo | 78.204 | - | 10.004 | - | - | - | (5.773) | - | 82.435 |
| Scotiabank | 313.006 | - | 421 | (63.643) | - | (300.000) | (1.304) | 51.519 | - |
| Scotiabank | - | 250.572 | 4.566 | 32.369 | - | (250.572) | (4.697) | (32.238) | - |
| Scotiabank | - | 100.000 | 272 | (1.850) | - | - | - | - | 98.422 |
| Citibank | - | 249.036 | 4.855 | 34.876 | - | (249.036) | (5.003) | (34.728) | - |
| Citibank | - | 100.000 | 240 | (691) | - | - | - | - | 99.549 |
| Debêntures | - | 379.000 | 1.766 | - | - | - | - | - | 380.766 |
| Custos de transação | - | (4.590) | - | - | 17 | - | - | - | (4.573) |
| Total | 391.210 | 1.074.018 | 22.124 | 1.061 | 17 | (799.608) | (16.777) | (15.447) | 656.599 |

Banco Intesa Sanpaolo

Em 23 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Intesa Sanpaolo a portabilidade de um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 75.000, com data de vencimento em 26 de abril de 2022, sendo renovado até o dia 20 de abril de 2023.

Em 20 de abril de 2023 a Companhia liquidou em sua totalidade o principal e seus respectivos juros junto ao banco Intesa Sanpaolo.

Banco Scotiabank

Em 20 de abril de 2021 a Companhia celebrou junto ao Banco Scotiabank um contrato de 4131 com swap até o limite de 300.000, com data de vencimento em 20 de abril de 2022. No dia do vencimento, a Companhia liquidou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 250.572, com data de vencimento em 20 de dezembro de 2022. No dia do vencimento, a Companhia o liquidou novamente, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 100.000, com data de vencimento em 20 de outubro de 2023.

Em 20 de outubro de 2023 a Companhia liquidou em sua totalidade o principal e seus respectivos juros junto ao banco Scotiabank.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Banco Citibank

Em 19 de abril de 2022 a Companhia celebrou junto ao Banco Citibank um contrato de 4131 com swap até o limite de 249.036, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2022. Na data do vencimento, a Companhia quitou o contrato, celebrando junto ao banco um novo contrato de 4131 com swap até o limite de 100.000, com data de vencimento em 14 de outubro de 2023.

Em 14 de outubro de 2023 a Companhia liquidou em sua totalidade o principal e seus respectivos juros junto ao banco Citibank.

Banco Itaú

Em 23 de outubro de 2023 a Companhia celebrou junto ao Banco Itaú um contrato de 4131 com swap até o limite de 200.000, com data de vencimento em 26 de dezembro de 2023.

Em 26 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou em sua totalidade o principal e seus respectivos juros junto ao banco Itaú.

Debêntures

No dia 17 de novembro de 2022, a Companhia celebrou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como banco coordenador o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 285 meses e 28 dias contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2046. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,15%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não circulante.

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$636.000. No dia 15 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures no montante de R\$379.000.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

No dia 30 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a segunda integralização de debentures simples no montante de R\$92.000.

No dia 07 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a terceira integralização de debentures simples no montante de R\$117.000.

No dia 28 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu a quarta integralização de debentures simples no montante de R\$48.000.

No dia 14 de setembro de 2023, a Companhia celebrou sua 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo como bancos coordenadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e KINEA Investimentos.

Os recursos captados por meio desta emissão visam ser integralmente utilizados para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica.

Ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada, as debêntures terão prazo de vencimento de 114 meses e 01 dia contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2033. As amortizações de juros remuneratórios e principais ocorrerão semestralmente, cujo primeiro pagamento está previsto para 15 de março de 2024. O contrato prevê juros remuneratórios sob a taxa de IPCA + 6,88%, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante.

O valor somado de todas as integralizações não excederá R\$140.000. No dia 29 de setembro de 2023, a Companhia recebeu a primeira integralização de debêntures simples no montante de R\$100.000 referente ao valor total do KINEA.

No dia 04 de outubro de 2023, a Companhia recebeu a segunda integralização de debentures simples no montante de R\$40.000 referente ao valor total do BNDES.

O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “*covenants*” financeiras de vencimento antecipado (índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD), sendo válidas a partir de 31 de dezembro de 2024.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures--Continuação

Os principais “*covenants*” não financeiros são referentes a: existência de garantias corporativas, requisitos para alteração de controle societário, conformidade às licenças e autorizações necessárias, conta garantia, fiança bancária e limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de “*covenants*” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| 2023 | - | 280.405 |
| 2024 | 67.310 | 50.761 |
| 2025 | 67.645 | 50.731 |
| 2026 | 70.725 | 51.990 |
| 2027 | 73.065 | 52.560 |
| Após 2027 | 547.697 | 174.724 |
| Total dívida | 826.442 | 661.171 |
| (-) Custo de transação a amortizar | (10.237) | (4.572) |
| Total das obrigações | 816.205 | 656.599 |

13. Impostos diferidos

| | 31/12/2023 | Movimentação | Total 31/12/2022 | Movimentação | Total 31/12/2021 |
|--------------------------------|-----------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Ativo/passivo | | | | | |
| Diferenças temporárias - Ativo | (43.686) | (3.172) | (40.488) | (4.402) | (36.086) |
| Total não circulante | (43.686) | (3.172) | (40.488) | (4.402) | (36.086) |

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em 2 anos.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$220.236 (R\$146.486 em 2022), dividido em 220.236 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

Em 15 de setembro de 2023, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$35.000.

Adicionalmente, em 28 de novembro de 2023, conforme Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), os administradores da Companhia aprovaram e integralizaram o aumento de capital no valor de R\$38.750.

Os respectivos aportes de capital supracitados foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referentes à Cymi Construções e Participações S.A e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

| Quotistas | 31/12/2023 | | | 31/12/2022 | | |
|--|----------------|-------------|------------------|----------------|-------------|------------------|
| | Qtde. de Ações | % | Valor (em reais) | Qtde. de Ações | % | Valor (em reais) |
| Cymi Construções e Participações S.A. | 110.118 | 50% | 110.118 | 73.243 | 50% | 73.243 |
| Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia | 110.118 | 50% | 110.118 | 73.243 | 50% | 73.243 |
| Total | 220.236 | 100% | 220.236 | 146.486 | 100% | 146.486 |

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o valor constituído relativo a reserva legal foi de R\$2.449, totalizando R\$10.507.

c) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Política de dividendos--Continuação

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 48.983 | 155.216 |
| (-) Reserva legal | (2.449) | (7.761) |
| Lucro ajustado | 46.534 | 147.455 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 11.633 | 36.864 |
| Reserva de lucro | 34.901 | 110.591 |

Em 14 de abril de 2023 em Ata sumária de reunião de diretoria, os acionistas renunciaram aos dividendos mínimos obrigatórios referentes à destinação dos resultados de 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.864 que foram destinados a reserva de lucros.

d) Reserva de lucros a realizar

A Reserva de Lucros a Realizar, constituída em anos anteriores, em vez de ser revertida para Lucros Acumulados, a partir da alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 10.303/01, passa a ser revertida diretamente para a conta de dividendos a pagar do passivo, quando tiver os lucros nela contidos realizados financeiramente. Em 2023 a Companhia possui o montante de R\$321.494 em reservas de lucros a realizar.

15. Receita

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita Anual permitida (RAP) | 26.564 | - |
| Doações (*) | - | 2.273 |
| Total Receitas | 26.564 | 2.273 |
| (-) PIS e COFINS | (2.628) | (210) |
| (-) P&D, FNDCT e MME | (232) | - |
| Receita líquida | 23.704 | 2.063 |

(*) Em 2022 a Companhia recebeu doações no montante de 2.273 da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Custos

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Pessoal | (1.190) | (1.000) |
| Material | (13) | (6) |
| Serviços de terceiros (i) | (1.829) | (654) |
| Aluguéis | (65) | (56) |
| Outras despesas | (1.043) | (153) |
| Despesas com depreciação | (7.019) | - |
| | <u>(11.159)</u> | <u>(1.869)</u> |

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

17. Resultado Financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendimento de aplicação financeira | 2.052 | - |
| Atualização | 1.633 | - |
| Receita financeira | <u>3.685</u> | <u>-</u> |
| Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures | (11.827) | - |
| Despesas de hedge | (14.475) | - |
| Outras despesas financeiras | (1.381) | - |
| Despesas financeiras | <u>(27.683)</u> | <u>-</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(23.998)</u> | <u>-</u> |

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucros/Prejuízo regulatório antes do IRPJ e da CSLL | (11.453) | 194 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% |
| Despesa de IR e CSLL | 3.894 | (65) |
| Outros | (722) | - |
| Despesa de IR e CS | 3.172 | (65) |
| Total de Correntes | - | (4.467) |
| Total de diferidos | 3.172 | 4.402 |
| | 3.172 | (65) |
| | -28% | -34% |

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito.
- (b) Risco de mercado.
- (c) Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativos financeiros | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | 113.275 | 201.994 |
| Contas bancárias vinculadas (Nota 5.1) | 17.327 | - |
| Comissionárias e permissionárias (Nota 6) | 5.305 | - |
| | 135.907 | 201.994 |

Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

| <u>Instrumentos financeiros por indexador</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras | | |
| Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI) | 111.996 | 201.776 |
| Passivos financeiros | | |
| Instrumentos financeiros | - | 1.658 |
| Financiamento (CDI e USD) | - | 280.405 |
| Financiamento Longo Prazo (IPCA) | 816.205 | 380.766 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

iii) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

| | Fluxo de caixas contratuais | | | |
|---|-----------------------------|--------------|------------------|-----------------|
| | Valor contábil | Até 12 meses | Entre 2 e 3 anos | Acima de 3 anos |
| Fornecedores | 5.576 | 796 | 4.780 | - |
| Partes relacionadas | 53.967 | 53.967 | - | - |
| Empréstimos Financiamentos e debêntures | 816.205 | 67.310 | 138.370 | 610.525 |
| Total | 875.748 | 122.073 | 143.150 | 610.525 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

| Ativos financeiros | Categoria |
|---------------------------|-----------------------------------|
| Bancos | Custo amortizado |
| Aplicações financeiras | Valor justo por meio de resultado |

| Passivos financeiros | Categoria |
|---|-----------------------------------|
| Instrumentos financeiros | Valor justo por meio do resultado |
| Fornecedores | Custo amortizado |
| Empréstimos, Financiamento e debentures | Custo amortizado |

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Fornecedores - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| Descritivo | 31/12/2023 | | | Total |
|------------------------|------------|---------|---------|---------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Aplicações financeiras | - | 111.995 | - | 111.995 |
| Aplicações vinculadas | - | - | - | - |
| Total | - | 111.995 | - | 111.995 |

| Descritivo | 31/12/2022 | | | Total |
|------------------------|------------|---------|---------|---------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Aplicações financeiras | - | 201.776 | - | 201.776 |
| Total | - | 201.776 | - | 201.776 |

| Descritivo | 31/12/2023 | | | Total |
|--|------------|---------|---------|---------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | 816.205 | - | 816.205 |
| Total | - | 816.205 | - | 816.205 |

| Descritivo | 31/12/2022 | | | Total |
|--|------------|---------|---------|---------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | - | 656.599 | - | 656.599 |
| Instrumentos financeiros | - | 1.658 | - | 1.658 |
| Total | - | 658.257 | - | 658.257 |

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição ao Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como *hedges*, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possuía os seguintes derivativos vigentes:

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

| Derivativo | Data da contratação | Data de vencimento | Valor de referência (<i>notional</i>) - R\$ | | Valor justo ativo (R\$) | |
|-----------------|---------------------|--------------------|--|---------|-------------------------|---------|
| | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Swap Citibank | 15/12/2022 | 24/10/2023 | - | 100.000 | - | (71) |
| Swap Scotiabank | 20/12/2022 | 20/10/2023 | - | 100.000 | - | (1.587) |
| | | | - | 200.000 | - | (1.658) |

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | 2023 | | | 2022 | | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Ativo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 113.275 | - | 113.275 | 201.994 | - | 201.994 |
| Contas vinculadas | 17.327 | - | 17.327 | - | - | - |
| Concessionárias e permissionárias | 5.305 | - | 5.305 | - | - | - |
| Impostos a recuperar | 16.923 | - | 16.923 | 5.001 | - | 5.001 |
| Ativo de contrato | - | 29.047 | 29.047 | - | 331.532 | 331.532 |
| Outros ativos circulantes | 434 | - | 434 | 209 | - | 209 |
| Total do ativo circulante | 153.264 | 29.047 | 182.311 | 207.204 | 331.532 | 538.736 |
| Não circulante | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | 43.686 | (43.686) | - | 40.488 | (40.488) | - |
| Ativo de contrato | - | 1.521.419 | 1.521.419 | - | 798.341 | 798.341 |
| Imobilizado | 872.946 | (872.946) | - | 613.655 | (613.655) | - |
| Intangível | 54.167 | (54.167) | - | 18.365 | (18.365) | - |
| Total do ativo não circulante | 970.799 | 550.620 | 1.521.419 | 672.508 | 125.833 | 798.341 |
| Total do ativo | 1.124.063 | 579.667 | 1.703.730 | 879.712 | 457.365 | 1.337.077 |
| Passivo | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Fornecedores | 5.081 | - | 5.081 | 3.507 | - | 3.507 |
| Empréstimos e financiamentos | 67.310 | - | 67.310 | 280.405 | - | 280.405 |
| Impostos a recolher | 1.757 | - | 1.757 | 5.455 | - | 5.455 |
| Partes relacionadas | 53.967 | - | 53.967 | 30.472 | - | 30.472 |
| Dividendos | 11.633 | - | 11.633 | 36.864 | - | 36.864 |
| Instrumentos derivativos | - | - | - | 1.658 | - | 1.658 |
| Outras obrigações | 475 | - | 476 | 332 | - | 332 |
| Total do passivo circulante | 140.223 | - | 140.224 | 358.693 | - | 358.693 |
| Não circulante | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 748.895 | - | 748.895 | 376.194 | - | 376.194 |
| IRPJ e CSLL diferido | - | 118.633 | 118.633 | - | 104.513 | 104.513 |
| Pis e Cofins diferidos | - | 143.246 | 143.246 | - | 92.329 | 92.329 |
| Outras obrigações | 495 | - | 495 | 1.075 | - | 1.075 |
| Total do passivo não circulante | 749.390 | 261.879 | 1.011.269 | 377.269 | 196.842 | 574.111 |
| Patrimônio líquido | | | | | | |
| Capital social | 220.236 | - | 220.236 | 146.486 | - | 146.486 |
| Reserva de lucros | 332.001 | - | 332.001 | 257.787 | - | 257.787 |
| Lucros acumulados | (317.787) | 317.787 | - | (260.523) | 260.523 | - |
| Total do patrimônio líquido | 234.450 | 317.787 | 552.237 | 143.750 | 260.523 | 404.273 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.124.063 | 579.666 | 1.703.730 | 879.712 | 457.365 | 1.337.077 |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|----------------|------------------|------------------|
| | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Operações em continuidade | | | | | | |
| Receita anual permitida | 26.564 | (26.564) | - | - | - | - |
| Receita de construção - Ativo de contrato | - | 335.399 | 335.399 | - | 539.215 | 539.215 |
| Remuneração de ativo de contrato | - | 111.086 | 111.086 | - | 65.605 | 65.605 |
| Receita de O&M | - | 672 | 672 | - | - | - |
| Doações | - | - | - | 2.273 | - | 2.273 |
| | 26.564 | 420.593 | 447.157 | 2.273 | 604.820 | 607.093 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| Pis e Cofins | (2.628) | (38.734) | (41.362) | (210) | (55.946) | (56.156) |
| P&D, FNDCT e MME | (232) | - | (232) | - | - | - |
| | (2.860) | (38.734) | (41.594) | (210) | (55.946) | (56.156) |
| Receita líquida operacional | 23.704 | 381.859 | 405.563 | 2.063 | 548.874 | 550.937 |
| Custos e despesas | | | | | | |
| Custo de construção | - | (207.732) | (207.732) | - | (332.359) | (332.359) |
| Custo de O&M | - | (764) | (764) | - | - | - |
| | - | (207.496) | 207.496 | - | (332.359) | (332.359) |
| Pessoal | (1.190) | - | (1.190) | (1.000) | - | (1.000) |
| Material | (13) | - | (13) | (6) | - | (6) |
| Serviços de terceiros | (1.829) | 764 | (1.065) | (654) | - | (654) |
| Aluguéis | (65) | - | (65) | (56) | - | (56) |
| Outras despesas | (1.043) | - | (1.043) | (153) | - | (153) |
| Despesas com depreciação | (7.019) | 7.019 | - | - | - | - |
| Despesas operacionais | - | (29.409) | (29.409) | - | - | - |
| | (11.159) | (21.626) | (32.785) | (1.869) | - | (1.869) |
| Resultado da atividade | 12.545 | 152.737 | 165.282 | 194 | 216.515 | 216.709 |
| Resultado financeiro | | | | | | |
| Receitas financeiras | 3.685 | 13.474 | 17.159 | - | 22.401 | 22.401 |
| Despesas financeiras | (27.683) | (52.401) | (107.130) | - | (3.934) | (3.934) |
| | (23.998) | (65.973) | (89.971) | - | 18.467 | 18.467 |
| Resultado antes dos impostos | (11.453) | 86.764 | 75.311 | 194 | 234.982 | 235.176 |
| Tributos correntes | - | - | - | (4.467) | - | (4.467) |
| Tributos diferidos | 3.172 | (29.500) | (26.328) | 4.402 | (79.895) | (75.493) |
| Resultado do exercício | (8.281) | 57.264 | 48.983 | 129 | 155.087 | 155.216 |

Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Ativo de contrato--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

- Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47/IFRS15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 21. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 22, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a Rap.

Patrimônio líquido

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio líquido societário | 552.237 | 404.273 |
| Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória | | |
| Ativo de contrato | (1.550.466) | (1.129.873) |
| Imobilizado e intangível | 927.113 | 632.020 |
| impostos diferidos | 305.566 | 237.330 |
| Patrimônio líquido regulatório | <u>234.450</u> | <u>143.750</u> |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Patrimônio líquido--Continuação

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47/IFRS15 líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Receita e custo de construção

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/IFRS15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/IFRS15 está demonstrada a seguir:

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|---------------|------------------|----------------|--------------|------------------|------------------|
| | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| Receita operacional bruta | | | | | | |
| Receita anual permitida | 26.564 | (26.564) | - | - | - | - |
| Receita de construção - Ativo de contrato | - | 335.399 | 335.399 | - | 539.215 | 539.215 |
| Remuneração de ativo de contrato | - | 111.086 | 111.086 | - | 65.605 | 65.605 |
| Receita de O&M | - | 672 | 672 | - | - | - |
| Doações | - | - | - | 2.273 | - | 2.273 |
| | 26.564 | 420.593 | 447.157 | 2.273 | 604.820 | 607.093 |
| Deduções da receita operacional | | | | | | |
| Pis e Cofins | (2.628) | (38.734) | (41.362) | (210) | (55.946) | (56.156) |
| P&D, FNDCT e MME | (232) | - | (232) | - | - | - |
| | 23.704 | 381.859 | 405.563 | 2.063 | 548.874 | 550.937 |
| Receita líquida operacional | | | | | | |
| Custo de construção | - | (207.732) | (207.732) | - | (332.359) | (332.359) |
| Custo de O&M | - | (764) | (764) | - | - | - |
| | - | (207.496) | 207.496 | - | (332.359) | (332.359) |

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Lucro/prejuízo líquido

| | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2022</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucros dos exercícios societários | 48.983 | 155.216 |
| Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória | | |
| Receita | (420.593) | (604.820) |
| PIS/Cofins | 38.734 | 55.946 |
| Custo de Construção | 206.732 | 332.359 |
| Despesas de depreciação | (7.019) | - |
| Despesas operacionais | 29.409 | - |
| Resultado financeiro | 65.973 | (18.467) |
| IR/CS diferidos e correntes | 29.500 | 79.895 |
| Lucro do exercício regulatório | (8.281) | 129 |

Atualização do ativo de contrato da concessão, Receita de Construção ativo de contrato CPC 47/IFRS15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/IFRS15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Resultado financeiro

Os efeitos do pronunciamento técnico CPC 20, que diz que os custos dos empréstimos não são elegíveis de capitalização foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

20. Nota conciliatória - Contabilidade Societária e Regulatória--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/IFRS15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

21. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

| Riscos | Data vigência | Importância segurada (R\$ mil) | Prêmio (R\$ mil) |
|---------------------------------|-------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| Risco de Engenharia | 30/08/2023 a 16/12/2023 | 369.015 | 15 |
| Risco de Engenharia | 16/12/2023 a 25/01/2024 | 369.015 | 6 |
| Risco de Engenharia | 25/01/2024 a 29/02/2024 | 369.015 | 5 |
| Risco de Responsabilidade civil | 30/08/2023 a 16/12/2023 | 369.015 | 4 |
| Risco de Responsabilidade civil | 16/12/2023 a 25/01/2024 | 369.015 | 1 |
| Risco de Responsabilidade civil | 25/01/2024 a 29/02/2024 | 369.015 | 1 |
| Fiel Cumprimento (*) | 17/12/2023 a 21/10/2024 | 38.841 | 148 |

(*) A garantia de Fiel Cumprimento é um Seguro Garantia tendo Pampa Transmissora de Energia S.A. como tomadora da apólice e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurado. A garantia tem como fundamento o Edital 04/2018 da ANEEL que prevê que com a assinatura do Contrato de Concessão entre a Transmissora e ANEEL será apresentado a garantia de Fiel Cumprimento no valor correspondente à 5% do investimento previsto pela ANEEL.

22. Contingências

A Companhia é parte em demandas cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que identificaram quatro contingências passivas com prognóstico possíveis de perda que totalizam o valor de R\$92, na esfera cível que se referem a cobrança de supostos valores não pagos por empresa contratada (terceirizada).

Pampa Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

23. Eventos subsequentes

- **Constituição Conta Reserva** – No dia 28/02/2023, a Companhia realizou a constituição de suas contas reserva e pagamento no montante de R\$48.531 referente a 1ª e 2ª emissão de debêntures, de acordo com prazo estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária;
- **Amortização de Debêntures** – No dia 15/03/2023, conforme cronograma estipulado na 1ª e 2ª emissão de debêntures, a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral no montante de R\$32.767, sendo R\$24.534 de juros e R\$8.233 de principal.

* * *